



A HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA COMO FONTE DE PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA DO JORNALISMO NACIONAL¹

COSTA, Helton, doutor, Centro Universitário UniSecal, Paraná

Resumo: este artigo tem como objetivo vincular o trabalho “Hemeroteca Digital Brasileira” com a preservação da história do Jornalismo no Brasil. O serviço, que é parte da Biblioteca Nacional, reúne em um só espaço, desde 2006, milhares de exemplares de jornais que circularam no país entre 1740 e 2020. Muitos destes jornais já não existem mais, a não ser no acervo institucional, preservado com recursos públicos e de fundos de patrocínios. Parte-se do princípio que ao preservar os jornais, a entidade colabora com um bem ainda maior: a memória histórica nacional, com uma seleção dos assuntos mais importantes dos últimos 279 anos. Com o trabalho da hemeroteca, é possível conhecer as seleções feitas pelos profissionais da notícia, quando o país ainda era colônia portuguesa, quando foi império e quando tornou-se república, de maneira que o cotidiano das populações destes período pode ser reconstruída pelas edições digitalizadas dos periódicos, acessíveis mediante cadastro. Ao final, são apontados os perigos aos quais o trabalho está sujeito, uma vez que dependendo do governo em exercício, pode vir a sofrer com falta de recursos.

Palavras-chave: historiografia da mídia; hemeroteca digital brasileira; Jornalismo.

Introdução

Como forma de evitar que idéias circulassem no Brasil, a coroa portuguesa, mandatária desde 1500, proibiu a impressão e circulação de jornais em todo o território nacional. Nem mesmo a impressão de cartas de baralho era permitida. Houve quem tentasse construir prensas, a exemplo de Antonio Isidoro da Fonseca, tido como o primeiro a imprimir na colônia, em 1747. Porém, após duas impressões de folhetos, teve os bens confiscados e foi deportado de volta para Lisboa (BEZERRA, 2008, p.159).

O que circulava no país, vinha da metrópole e era enviado por meio de embarcações que saíam em direção à América do Sul, que faziam parte do comércio de matérias primas e mesmo de pessoas, fossem indígenas ou africanos. Até pelo menos o século XIX, a maioria destes materiais era manuscrito e se assemelhavam muito mais aos atuais diários oficiais em que se publicam decisões governamentais, do que com jornais informativos, pelo menos no layout e linguagem.

¹ Trabalho apresentado no GT Historiografia da Mídia, do 5º Encontro Regional de História da Mídia – 5º Alcar Centro-Oeste.



A proibição não era somente no Brasil e se estendia por todas as colônias lusitanas. Além do mais, saber ler as letras era um privilégio de um grupo reduzidíssimo, restrito à nobres e à sacerdotes. Levaria 308 anos desde a invasão ou chegada portuguesa no litoral brasileiro, para que um jornal fosse editado no país e não foi por circunstâncias normais, muito pelo contrário, foi devido a circunstâncias peculiares.

1. A chegada do Jornalismo no Brasil e a Biblioteca Nacional

O ano era 1807, mês de novembro. No dia 24 daquele mês, Napoleão Bonaparte tinha enviado suas tropas para dentro do território de Portugal. Em setembro daquele mesmo ano ele avisara que se os portugueses não fechassem seus portos e confiscassem os bens dos cidadãos ingleses, o governo fantoche colocado na Espanha e a França declarariam guerra contra Dom João VI. Ao mesmo tempo, os ingleses colocaram parte de sua frota da Marinha de Guerra perto de Lisboa, ameaçando bombardear a cidade, caso os lusitanos tomassem qualquer medida que lhes fosse desfavorável.

Nesse ínterim, coube ao Conselho Real português decidir pela fuga para o Brasil. Foram apenas três dias de preparação para a viagem, que se fez acompanhar de mais de 15 mil pessoas da corte. Assim partiram para a colônia, do outro lado do Atlântico, em 27 de novembro de 1807. (MALERBA, 2000)

Por pouco não foram pegos, pois, às 9h do dia 28 de fevereiro de 1807, liderados pelo general Jean-Andoche Junot, os franceses entravam vitoriosos em Lisboa, de onde só saíram no começo de outubro do ano seguinte, depois de vencidos por ingleses e portugueses. Já a família real portuguesa chegaria ao Brasil em 08 de março de 1808.

Os franceses invadiram Portugal ainda mais duas vezes, em 1809 e 1810, e nas duas foram rechaçados após sangrentos combates contra portugueses e ingleses. Mesmo tendo passado o perigo de Napoleão, derrotado primeiro em 1814 e depois em 1815 (Fonseca, 2009 e Vicente, 1978), Dom João e sua corte permaneceram no Brasil até 1821, só voltando para Lisboa porque estourou a Revolta do Porto (1820), que lhe ameaçava tirar o poder. Só ficou para traz o filho dele, Dom Pedro, no ano seguinte, Imperador Dom Pedro I, pois, o Brasil tornou-se independente de Portugal, em uma passagem de poder de pai para filho.



O detalhe é que quando Dom João VI se transferiu para o Brasil, em 1808, trouxe com ele a prensa régia, a gráfica portátil que originou o primeiro jornal do Brasil, a Gazeta do Rio de Janeiro, de cunho oficial e que era impressa para informar e legitimar os atos da nobreza, bem como regular finanças e economia na colônia (Schultz, 2008, p.8). Começou a circular em 10 de setembro de 1808, menos de seis meses após o desembarque português no Brasil. Parou de circular em 31 de dezembro de 1822, com o Brasil já independente.

Ao mesmo tempo, financiado por grupos maçons, nasceu com sede em Londres e circulando no Brasil, o Correio Braziliense, que só parou de circular, entrando clandestinamente no Brasil e crítico à monarquia, em janeiro de 1823. Era dirigido pelo brasileiro Hipólito José da Costa (Calmon, 1974). Naquele mesmo ano de fim da circulação o autor morreu aos 49 anos, na capital inglesa, onde vivia.

Outro bem precioso trazido pela corte ao Brasil foi a coleção da Biblioteca real Portuguesa, com mais de 60 mil livros, embarcados em três viagens, entre 1808 e 1811. Quando voltou para Portugal, Dom João VI só levou parte dos volumes, herdando o Brasil o acervo. Em 1889, quando a República foi proclamada, a biblioteca passou a chamar-se Biblioteca Nacional, nome que ostenta até hoje.

Dentre as mais valiosas e raras peças da Biblioteca nacional, destacam-se os manuscritos: evangeliário (séculos XI e XII), os livros de Horas (século XV), Códices sobre a administração colonial, Mapa dos confins do Brasil com as terras da coroa de Espanha na América Meridional [1749], desenhos originais de expedições científicas ao Brasil (séculos XVI ao XIX), fotografias doadas por D. Pedro II; os impressos: a Bíblia de Mogúncia (1462), a primeira edição de os lusíadas, de Luís de Camões (1572), a Grammatica da língua Portuguesa com os Mandamentos da Santa Madre igreja [1539], folheto de autoria de Luís Antônio Rosado da Cunha considerado a primeira obra impressa no Brasil [Rio de Janeiro: segunda officina de antonio Isidoro da Fonseca, MdCCsLVII]; partitura original de o guarani, de Carlos Gomes (1870), partituras de Mozart, Fosca, Maria Tudor, Salvador Rosa; gravuras de Albrecht Dürer, Oswaldo Goeldi, Giovanni Piranesi, entre tantos outros". (PORTELLA, 2010, p.249)

A Biblioteca Nacional está entre as 10 maiores bibliotecas do mundo e é o maior acervo da América Latina.

O núcleo original de seu poderoso acervo, calculado hoje em cerca de dez milhões de itens, é a antiga livraria de D. José organizada sob a inspiração de Diogo Barbosa Machado, Abade de Santo Adrião de Sever, para substituir a Livraria Real, cuja origem remontava às coleções de livros de D. João I e de seu filho D. Duarte, e que



foi consumida pelo incêndio que se seguiu ao terremoto de Lisboa de 1º de novembro de 1755. (Biblioteca Nacional, 2020)

A ideia de preservar a hemeroteca, os jornais propriamente ditos, que já estavam em poder da Biblioteca Nacional desde o século anterior, ganhou força e foi tirada do papel em 1978, com o “Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros – PLANO”, que tinha como objetivo “identificar, localizar, organizar, recuperar e preservar, através da microfilmagem, o acervo hemerográfico brasileiro” (Biblioteca Nacional, 2020). O programa existe até os dias atuais.

O passo importante para que o trabalho de digitalização, divulgação e disponibilização do acervo se deu em 2006, quando o processo passou a ser digitalizado para uso primeiro em computadores e atualmente em qualquer tela com acesso à Internet. Aquele ano foi o marco temporal para o que hoje é conhecida como Biblioteca Nacional Digital (BNDigital), “que integra todas as coleções digitalizadas, posicionando a FBN² na vanguarda das bibliotecas da América Latina e igualando-a às maiores bibliotecas do mundo no processo de digitalização de acervos e acesso a obras e serviços via Internet” (Biblioteca Nacional, 2020).

2. O sistema de buscas

Quatorze anos depois de inaugurada, a coleção de jornais disponível ao público pode ser consultada gratuitamente, com visualização em tela, no formato “flash”, pelo endereço <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. O campo é bastante simples e a pesquisa pode ser feita em no máximo quatro cliques.

Na primeira tela, o usuário pode escolher pelo nome do jornal, o período e/ou a palavra chave que quer encontrar. Outra opção é por período, em que quem acessa escolhe por década de pesquisa, podendo optar ainda por escolher o local de publicação e/ou o jornal e ainda a palavra chave. A terceira tela traz o local e/ou o período, o jornal e a palavra chave.

Preenchendo apenas um dos campos primários e a palavra chave, já é possível ter acesso aos periódicos. Dentro do jornal é possível manuseá-lo digitalmente com o cursor ou os dedos, no caso dos celulares e outros dispositivos móveis com “touchscreen”. Zoom e

² Fundação Biblioteca Nacional



realces, são opcionais. Há opções de visualização e opções de navegação dentro da mesma edição e de outras que o mesmo jornal possui.

Por década, há as seguintes quantidades de títulos de periódicos: 1740-1749 = 01; 1750 -1759 = 00; 1760-1769 = 01; 1800-1809 = 03; 1810 – 1819 = 21; 1820-1829 = 129; 1830-1839 = 363; 1840 – 1849 = 380; 1850 – 1859 = 444; 1860 – 1869 = 618; 1870-1879 = 967; 1880-1889 = 1578; 1890-1899 = 1352; 1900 -1909 = 886; 1910-1919 = 900; 1920-1929 = 775; 1930-1939 = 641; 1940-1949 = 380; 1950-1959 = 358; 1960-1969 = 248; 1970-1979 = 208; 1980-1989 = 162; 1990-1999 = 73; 2000-2009 = 46; 2010-2019 = 28; Sem data = 56.

Na pesquisa por localidade, há além das 27 unidades federativas do Brasil, periódicos de Assunção (PY), Buenos Aires (AR), Cidade do México (MEX), Georgetown (EUA), Itália, Lisboa (POR), Londres (ING), Madri (ESP), Nova Iorque (EUA), Paris (FRA), Porto (POR) e Puerto Acre (BOL).

Os critérios de digitalização, segundo Bettencourt e Pinto (2018), foram técnicos e tiveram patrocínio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), ligada ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae.

Os critérios de seleção basearam-se nos seguintes princípios: periódicos brasileiros, incluindo aqueles publicados fora do território nacional, como é o caso do Correio Braziliense (1808); periódicos em domínio público ou aqueles cujos direitos de publicação foram cedidos à BN como é o caso do Jornal do Brasil, Conjuntura Econômica, entre outros; periódicos raros e os periódicos mais solicitados pelos usuários para consulta local e para reprodução. A seleção procurou respeitar a legislação de direitos autorais. (BETTENCOURT e PINTO, 2018, p.2)

Segundo Bettencourt e Pinto (2018), a expectativa é chegar a 20 milhões de páginas digitalizadas nos próximos anos.

3. O Jornalismo como fonte de memória

Diferentemente do registro histórico escrito ou oral, que não pressupõe alguns conceitos que são inerentes do jornalismo, como por exemplo, a busca pela verdade, pela imparcialidade, por uma objetividade nem sempre possível, pelo valor de deontológico de ouvir fontes e versões diferentes, as memórias são, por excelência, subjetivas e compostas por juízos de quem as produz, com as mais diferentes intenções (Federação Nacional dos



Jornalistas, 2015). Uma carta, um bilhete, um livro, um anúncio, todos podem ser considerados registros históricos, até mesmo fontes primárias dentro da historiografia.

Já o jornalismo é algo diferente disso, ou pelo menos deveria ser. Há um ponto de ruptura, em que um fato é trabalhado por um profissional da notícia e apresentado com diferentes versões e visões de mundo, em que quanto mais plural, mais rico o material tende a se tornar. É exatamente esse material o que pode fazer das memórias um objeto de preservação e de pesquisa para as mais diferentes áreas do conhecimento humano.

A vida vista pelo jornalista, transmitida para o papel, é um recorte do presente, uma pequena amostra dos valores notícia que foram selecionados e cuidadosamente programados para fazerem sentido em linhas, colunas e páginas (WOLF, 2003, p. 202).

Enquanto a internet é por si só uma fonte de memória, sendo a memória uma de suas características principais, por sempre disponibilizar a usuário o conteúdo na hora em que ele bem entender, o mesmo não acontece com o jornal, que quando não armazenado de forma correta, não é nada mais do que papel para embrulhar o peixe, para limpar superfícies ou forrar o solo (ainda que sua reutilização/reciclagem possa ocasionar inúmeros diferentes usos).

Esse jornal de tinta e papel ganha sentido quando carrega em si discursos que marcam temporalidades e são esses discursos, essas visões de mundo, essas noções de temporalidades, que perfazem a memória, que os tornam dignos de serem preservados, pois, caso contrário, seriam apenas papel e tinta.

É para preservar essa memória que a Hemeroteca Digital presta serviço. É de certa forma, a ressurreição da memória do papel, que transmutada, transportada para a internet, se aproveita da “característica memória” que esta possui, para manter vivo o conceito de memória social.

É indiscutível que as coleções de jornais contêm potencial informativo valioso para todos os estudiosos das Ciências Sociais em geral. Do ponto de vista histórico, oferecem registro da vida nacional no decorrer de longos acontecimentos, permitindo visão retrospectiva dos mesmos, estendida até a época contemporânea. Por outro lado, do ponto de vista das demais Ciências Sociais, que não a História, possibilitam corrigir as distorções provocadas pela visão dos fatos a curto ou médio prazo, justamente por incluírem noticiário contemporâneo, sempre o mais procurado pelos sociólogos, cientistas políticos e economistas. (MONTE-MOR, 1974, p.1)



Palácios (2010, p.40-43), lembra que o jornalismo, por muitas vezes, tem o papel de acionar as memórias sociais, como por exemplo nas efemérides, nos obituários, nos aniversários, no registro cotidiano dos discursos, entre outros momentos em que acaba por gerar o sentido de memória social e coletiva, despertada como se alguém fizesse questão de trazer à tona o que um grupo ou uma parte da sociedade não mais se lembrasse ou fizesse questão de esquecer.

Não à toa, diariamente, os jornais para explicar um fato, fazem o uso da técnica de relembrar outros fatos relacionados àquele assunto, de modo que se apresente um contexto em que quem tem acesso ao conteúdo jornalístico possa por si só fazer os devidos julgamentos e entender a situação do presente, tendo conhecimento também do passado, e podendo assim planejar como pensará ou agirá no futuro.

Contrariando o senso comum, um olhar mais atento e analítico às páginas de uma única edição de um jornal revela que o trabalho de memória é uma recorrência na construção do retrato do presente, cotidianamente produzido pela atividade jornalística em nossas sociedades. Revelar, empiricamente, como se processa esse trabalho de memória no interior das construções discursivas jornalísticas é tarefa da análise de discurso e da semiótica; os mecanismos de enunciação e os índices são mais que evidentes e estão disponíveis para quem quiser lê-los. (PALACIOS, 2010, p.41)

Porém, o cuidado que deve ser dispensado ao se analisar um jornal como fonte de memória, é justamente entendê-lo como recorte permeado de interesses, inclusive financeiros, e não como uma verdade completa. É preciso entender que a visão jornalística é subjetiva, datada e que por mais que tente alcançar a plenitude dos fatos, jamais atingirá esse objetivo plenamente, o que não justifica por si, qualquer afastamento dos preceitos éticos da profissão.

[...] o jornalista é um ator social essencial para a sociedade, na medida em que atua como mediador e intérprete dos acontecimentos. Sua responsabilidade social é imensurável na formação do imaginário coletivo, razão pela qual a ética não pode estar dissociada de sua prática individual e profissional na produção da notícia, que deve ser pautado sempre a partir do interesse público (CALDAS, 2005, p. 96)

No próprio site da Hemeroteca Digital, quem tiver contato com um artigo publicado em um jornal da capital do Brasil na época do Império, o Rio de Janeiro, ao ler um conteúdo em que se defenda a escravidão e o escravismo, não deve entender aquele artigo como sendo



uma verdade absoluta, pois, datado como estava, defendia o interesse de um grupo de poder político e econômico, da mesma forma que hoje os jornais publicam conteúdos que têm direcionamento dos seus grupos de anunciantes ou daqueles que os bancam (teoria marxista do Jornalismo, Genro Filho, 1987), não sendo outra coisa que um arremedo o ou extensão do sistema econômico no qual se baseia.

Há além do jornalista, uma cadeia de compromissos que impedem total independência do profissional, quanto à linha editoria a qual está exposto. Outras vezes, conforme Costa (2015), o jornalista produzirá conteúdo apenas para atender ao mercado consumidor e seus gostos. O pesquisador deve estar ciente disso e do contexto em que o material analisado foi produzido, seja na hemeroteca tema deste artigo, seja em qualquer outro espaço.

4. A atribuição de características da Internet para os jornais antigos

Para este artigo interessa muito mais que o processo de produção de notícias, o trabalho de preservação que a Biblioteca Nacional do Brasil vem fazendo de forma contínua, pelo menos a partir de 1978, como foi mostrado.

Medeiros (2017) ressalta que com o uso de tecnologias da informação, características antes exclusivas para produtos da Internet, se tornam possíveis de serem aplicados nos jornais arquivados em fontes analógicas, como por exemplo, os jornais.

Uma dessas características é a busca digital por palavras-chave, o que facilita e agiliza o trabalho do pesquisador. Na maioria dos jornais disponíveis na Hemeroteca, é possível fazer esse tipo de busca e mesmo na indexação do Google, por exemplo, os verbetes direcionam para resultados dentro do acervo da Biblioteca Nacional.

Almeida (2013, p.10), no entanto, apontou falhas de “ausência da possibilidade de busca por termo exato” e “nos mecanismos de pesquisa textual em todo o acervo, não apenas em parte dele por vez. Atualmente, é preciso repetir uma pesquisa inúmeras vezes, variando as décadas e lugares, a não ser que se pesquise um único periódico”.

As críticas de Almeida (2013) são válidas, no entanto, como mostra Martins (2019), a Biblioteca Nacional é semelhante a uma inteligência que vai se moldando às necessidades de seu tempo, sendo que o processo não é tão rápido devido ao grande volume de informações



nos quais os processos de aperfeiçoamento estão inseridos. Foi assim com a digitalização e difusão dos documentos que hoje são acessados gratuitamente na Hemeroteca, que continua em constante expansão.

O trabalho de digitalização de conteúdo vem sendo feito, segundo Martins (2019, p.13), desde 1998, com a adaptação do site para receber arquivos digitais. Houve atualização em 2006 e desde 2013 a hemeroteca está devidamente organizada nos moldes atuais. Para os próximos anos, como o trabalho é contínuo, é possível que haja mais jornais disponíveis ao público e que os mecanismos de busca sejam aperfeiçoados.

5. É preciso engajamento

Especificamente a hemeroteca digital brasileira, tem o patrocínio da já citada Finep, do Ministério da Cultura (que nem sequer possui mais esta designação), do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação, do Governo Federal e da Tecnologia “Docpro”, conforme dados públicos constantes no próprio endereço virtual.

O trabalho só não será levado adiante com mais afinco, caso ocorra a redução de recursos para o setor, o que não seria surpresa no momento de transição entre um governo populista e conservador, que desde 2019, tendo a frente o atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, tem reduzido recursos da cultura e que transformou o Ministério em uma Secretaria Especial, que hoje está abrigada no Ministério do Turismo (NIKLAS, 2019).

Já o ministério de Ciências, Tecnologia e Inovação, manteve o status que possui, porém, quando este artigo era redigido, tinha sido atingido por um corte de 27,7% para 2021, em comparação com 2020 (LIS e MARTELLO, 2020).

Portanto, para que o sucesso da iniciativa de digitalização seja permanente, será necessário o engajamento cidadão na cobrança aos seus governos, e no caso dos brasileiros em específico, que os mecanismos de controle a sociedade organizada cobrem para quê o trabalho da Biblioteca Nacional continue firme por muito tempo, como já vem acontecendo desde sua chegada ao Brasil.

6. Conclusão



Conforme apresentado neste artigo, a hemeroteca digital brasileira contribui de forma indispensável para a preservação da história, da memória e do passado jornalístico do Brasil. Ainda que não possua todos os jornais de todas as mais de 5.000 cidades que compõem o vasto território continental do país, as amostras presentes na coleção, principalmente dos séculos XVIII, XIX e começo do século XX, são essenciais para entender o contexto em que o Brasil se formou, a cultura de sua gente, as formas de expressão, religiosidade, sentimentos de pátria, de nação e construções sociais.

Cabe lembrar que o Brasil só começou a desenvolver-se para o interior, para a fronteira Oeste, para a urbanização, no pós-Segunda Guerra Mundial, quando em uma política de segurança nacional, o governo federal resolveu ocupar estas áreas até então sem atenção do poder público. O maior exemplo dessa ocupação foi a construção da capital Brasília, prevista séculos antes, porém, que só teve efetividade em 1960. Antes disso a capital era o Rio de Janeiro.

Porém, não seria inusitado, se nos próximos anos comesçassem a aparecer coleções de jornais das cidades brasileiras menores, fora dos grandes centros, longe do Eixo Rio-São Paulo, para engrandecer ainda mais a coleção do arquivo nacional, da hemeroteca digital

Isso porque, em alguns municípios do país as próprias secretarias municipais de Cultura também fazem esse trabalho de digitalização, ainda que muitas vezes de forma precária, apenas fotografando o material e/ou mantendo em arquivos físicos os jornais sem digitalizá-los.

As universidades também têm grande papel nessa preservação de memória. Um exemplo é a “Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin”, da Universidade de São Paulo, a USP. Lá é feito um trabalho semelhante ao da hemeroteca digital, com livros e publicações raras. Porém, a escala é muito menor em quantidade do que o trabalho feito dentro da Biblioteca Nacional.

A Biblioteca Digital (BBM Digital) da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM) disponibiliza de forma ampla e gratuita um dos mais importantes acervos de documentos sobre o Brasil. São particularmente significativas as coleções de livros de literatura brasileira, história do Brasil e relatos de viajantes, que contam com publicações que vão do século XVI ao início do século XX. Completam o acervo digital mapas, iconografias, obras de referência, folhetos e periódicos. Atualmente,



mais de 3.500 títulos estão disponíveis em acesso aberto na BBM Digital. O usuário pode consultar o material no próprio site ou fazer o download das obras. (Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, 2020)

Com a popularização das tecnologias, caberá aos governos das três instâncias brasileiras (a saber: federal, estadual e municipal), capacitar agentes e obter equipamentos para que o trabalho de digitalização de acervos continue.

Se o trabalho se mantiver e for expandido, o jornalismo terá sua memória resguardada e pesquisadores de diferentes áreas poderão ter acesso a conteúdos para seus estudos, para entender aqueles recortes sociais em que a sociedade esteve inserida e para retirar desses fragmentos, objetos de reflexão que lhes permitiram contar histórias mais complexas, no cruzamento de dados e checagem de informações.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Leandro Antônio de. **Mecanismos de busca em hemerotecas digitais nacionais**: possibilidades e desafios para pesquisa histórica. *Fênix: Revista de História e estudos culturais*, Brasil, ano X, v. 10, n. 2, p. 2-17, 2013. Disponível em: https://www.revistafenix.pro.br/PDF32/ARTIGO_08_SECAO_LIVRE_LEANDRO_ANTONIO_DE_ALMEIDA_FENIX_JUL_DEZ_2013.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.

BETTENCOURT, Angela Maria M; PINTO, Monica Rizzo Soares. **A hemeroteca digital brasileira**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. Anais [...]. São Paulo: Anais CBBB, 2013. Temática I: Tecnologias de informação e comunicação – um passo a frente - Relato de Experiência. Disponível em: Acesso em 12 de dezembro de 2018.

BEZERRA, José Augusto. **A Imprensa Régia no Brasil e no Ceará**. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza/CE, p. 157-182, 2008. Disponível em: http://www.ceara.pro.br/acl/revistas/Colecao_Diversos/Literatura_Port_Brasil/ACL_LITE_POR_E_BR_2007_08_A_Impressao_Regia_no_Brasil_e_no_Ceara_JOSE_AUGUSTO_BEZERRA.pdf. Acesso em 15 de setembro de 2020.

BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN. **BBM Digital**. Disponível em <https://www.bbm.usp.br/pt-br/projetos-digitais-da-bbm/bbm-digital/>. Acesso em 15 de setembro de 2020.



BIBLIOTECA NACIONAL, 2020. **Histórico**. Disponível em <https://www.bn.gov.br/sobre-bn/historico>. Acesso em 15 de setembro de 2020.

CALDAS, Maria das Graças Conde. **Ética e cidadania na formação do jornalista**. Revista Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo: PósCom-Umesp, a. 27, n. 44, p. 85-101, 2o. sem. 2005.

Calmon, Pedro. Apresentação in **Hipólito José da Costa e a imprensa no Brasil**. Catálogo de Exposição, Rio de Janeiro, 1974.

COSTA, Helton. **Jornalismo de Hiperconsumo nos principais portais do Brasil**. Orientador: Álvaro Lorangeira. 2015. 244 f. Tese de Doutorado (Doutorado) - Doutor, Curitiba, 2015. Disponível em: <https://tede.utp.br/jspui/handle/tede/1508>. Acesso em: 15 set. 2020.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Código de ética dos jornalistas brasileiros**. Vitória, 2007. Disponível em: . Acesso em: 23 out. 2015.

Fonseca, Artur Pepe Clara Meireles da. **Defesa de Portugal Durante A 2.ª Invasão Francesa: estudo da Acção Retardadora**. Trabalho de investigação aplicada. Lisboa: Academia Militar, 2009.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre, Tchê, 1987.

LIS, Lais; MARTELLO, Alexandre. **Orçamento 2021**: veja quais áreas devem perder recursos, e quais terão mais verba no próximo ano. G1, Rio de Janeiro, p. 1-2, 31 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/08/31/orcamento-2021-veja-quais-areas-devem-perder-recursos-e-quais-terao-mais-verba-no-proximo-ano.ghtml>. Acesso em 15 de setembro de 2020.

MALERBA, Jurandir. **A Corte no exílio**: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821). Companhia das Letras, 2000.

MARTINS, Vinicius Pontes. **Notas sobre a Política de acesso à Informação Digital da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Vinicius Pontes Martins, 2019. 24 slides, color. 4º Seminário Tecnologia e Cultura. Disponível em <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/11906/1/Martins%2C%20Vinicius%20Pontes%20-%20Notas%20sobre%20a%20Pol%C3%ADtica%20de%20acesso%20%C3%A0%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20Digital%20da%20Biblioteca%20Nacional.pdf>. Acesso em 15 de setembro de 2020.



MEDEIROS, Ana Ligia Silva. **Democratizando o acesso aos jornais raros: o uso da tecnologia a serviço da pesquisa** Verbo de Minas, Juiz de Fora, v. 18, n. 31, p. 65-77, Jan./jul. 2017 – ISSN 1984-6959

MONTE-Mór, Janice. M. **Microfilmagem de jornais da biblioteca nacional**. Revista de Biblioteconomia de Brasília, v. 2, n. 2, 1974. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/76823>>. Acesso em: 15 set. 2020.

NIKLAS, Jan. **Bolsonaro transfere Secretaria de Cultura para o Ministério do Turismo**. O Globo, Rio de Janeiro, 7 nov. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/bolsonaro-transfere-secretaria-de-cultura-para-ministerio-do-turismo-1-24067098>. Acesso em 15 de setembro de 2020.

PALACIOS, Marcos. **Convergência e Memória: Jornalismo, Contexto e História**. In: Matrizes. USP, Ano 4, No 1, jul/dez/2010, p. 37- 50, 2010. Disponível em: http://www.matrizes.usp.br/ojs/index.php/matrizes/article/view/157/pdf_188. Acesso em 15 de setembro de 2020.

Portella, Célia Maria. **Releitura da Biblioteca Nacional** . Estudos Avançados, 24(69), 247-264, 2010. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10524>. Acesso em 15 de setembro de 2020.

Schultz, Kirsten. **Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial**. Rio de Janeiro, 1808-1821. Tempo, vol. 12, núm. 24, 2008, pp. 5-27. Universidade Federal Fluminense Niterói, Brasil

Vicente, António Pedro, 2001. **A política de Godoy em relação a Portugal: do Tratado de Basileia à Invasão de Junot**. Revista de Estudios Extremeños LVII (3): 1117-1153.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.